



AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 331 - Janeiro / 2007

IMPRESSO ESPECIAL

CONT. Nº 050200119-4/2002

ECT/DR/RJ

AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

EXPORTAR PETRÓLEO É INVIABILIZAR O BRASIL

O LUCRO AUFERIDO COM A SUA EXPORTAÇÃO SERÁ UM FETICHE NO LONGO PRAZO

José Carlos Moutinho

Qual o significado e objetivos das privatizações? A privatização vem de privativo (Do latim privativu), que é o adjetivo que exprime, entre outras, privação; restrito; particular; próprio, ou seja, o contrário de coletivismo, que significa privilegiar a produção coletiva sob controle do Estado, e que tem como objetivo atender a todos, não somente a alguns grupos.

Tais conceitos, encontrados nos dicionários da língua portuguesa, contribuem em muito para a compreensão dos objetivos das privatizações realizadas a partir do Governo Collor, aprofundadas no Governo Fernando Henrique Cardoso, e que, infelizmente, continuam no Governo Lula. Mas ela tem uma nova roupagem, uma fantasia: são os leilões do nosso petróleo, sob a égide da Lei 9478/97 e da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

A "Era FHC", que a AEPET está propondo à sociedade brasileira pôr fim, foi calcada no objetivo claro de privatizar o Estado brasileiro, sobretudo no que ele tinha e tem de melhor: petróleo, minério, te-



lefonía, entre outros setores estratégicos. Os americanos precisam desesperadamente de recursos naturais, principalmente de petróleo que o subsolo brasileiro possui, embora em quantidade modesta. Por isso, a Lei 9478/97, pelo artigo 83, revogou a Lei 2004/53, que garantia o monopólio do Estado sobre o petróleo extraído do subsolo nacional e impedia a venda de ações da Petrobrás para estrangeiros.

Significativa parcela de nossa classe política, subserviente e oportunista, que como nos tempos das Capitania Hereditárias, mistura o bem

público com o interesse pessoal, aprovou absurda mudança, permitindo a neo-colonização do Brasil por meio da invasão de numerosas petroleiras estrangeiras.

Nos leilões da ANP essas empresas adquirem concessões para exploração de imensas áreas do subsolo nacional, das quais extraem e exportam o nosso petróleo. Em benefício de corporações estrangeiras que, de modo geral, não investiram um tostão na pesquisa dessas áreas. Quem investiu foi a União por intermédio da Petrobrás.

Como não era mais possível fazer privatizações à moda antiga, por meio de casetes, bombas de gás lacrimogênio, tiros de borracha, bombas de pregos, cavalos, entre outros recursos utilizados pelos tucanos quando governaram o Brasil, as privatizações seguem destruindo o Sistema Petrobrás por meio dos leilões montados pela ANP e com o fetiche da lucratividade, através dos artigos 26 e 60, da Lei 9478/97, que respectivamente, dão a propriedade do petróleo e permite sua exportação.

Continua na pág. 03

TERRORISMO NATALINO

Artigo de Pedro Carvalho pág. 02

COMO A MANIPULAÇÃO ALTERA O DÉFICIT PÁG. 04



As NOVAS LUTAS EM 2007

Editorial - pág. 02

Em 2007, a sociedade civil organizada não abrirá mão de exigir os seus direitos elementares e cobrar dos políticos nacionais, principalmente o maior responsável, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as promessas das eleições do ano passado. No caso dos petroleiros, o centro de nossa atenção deve ser a luta pela revogação dos artigos 26 e 60 da Lei do Petróleo por ser criminosa para a nação brasileira, por manter o "status" de país colonizado, beneficiando a oligarquia financeira anglo-americana. O presidente, que muito acertadamente, combateu as privatizações na campanha pela sua reeleição, não pode deixar que prevaleça a depredação das nossas reservas de petróleo. Pôr fim as privatizações disfarçadas em curso (via leilões da ANP) é primordial para o futuro do Brasil e para meta do governo na direção do desenvolvimento nacional.

A defesa de nossa previdência privada, a Petros, é outro motivo de luta, a fim de evitar que só sejam beneficiados os acionistas americanos compradores de ações adquiridas nas bolsas de Nova York, cujo objetivo é a maximização dos lucros e a redução dos direitos dos trabalhadores, em detrimento aos participantes do fundo de pensão, que desejam apenas assegurar uma vida digna. Como a administração do País, e conseqüentemente da Petrobrás, prefere obedecer mais a lei estadunidense Sox (Sarbanes-Oxly) do que a brasileira, a política é insistir em retirar da Petrobrás a responsabilidade como patrocinadora do Plano Petros, deixando assim de ser a principal responsável pela saúde financeira do fundo de pensão.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: Heitor Manoel Pereira

Vice: Diomedes Cesário da Silva

Diretoria

Comunicações: Fernando L. Siqueira / **Vice:** Felipe C.C.Coutinho

Administrativo: Ruy da S. Gesteira / **Vice:** Roldão M. Fernandes

Pessoal: Pedro da Cunha Carvalho / **Vice:** Henrique Sotoma

Cultural: Sílvio Sinedino / **Vice:** Ricardo Latgé M. de Azevedo

Jurídico: Sydney Reis Santos / **Vice:** Roberto Cartaxo M. Rios

Conselho Fiscal

Efetivos: Hamilcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates

Suplentes: Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macaé:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon

Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Rosivaldo R. Santos

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / **Espírito Santo:** Paulo W. Magalhães

- **S. José dos Campos:** Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelman José Leão Brasil / **Brasília:**

Velocino Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: José Vilhena (MTb nº 15.562)

Reportagem: José C. Moutinho

Fotografia: Alessandra Bandeira

Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com

Arte: Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira

Impressão: Jornal do Comercio

Tiragem: 25 mil exemplares

Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

A Petrobrás vem distribuindo para todos os participantes do Plano Petros uma série de cartas com informações sobre: - Informativo Negociação: Petrobrás, FUP e sindicatos dão início às negociações- Edição Especial de 02/10/2006. -Informativo Negociação: Petrobrás apresenta proposta econômica – Edição Especial de 08/11/2006. -Informativo Negociação: Proposta ACT 2006- Edição Especial de 17/11/2006. -Informativo Negociação: Petros:Reajuste das contribuições – Edição Especial 30/11/2006. Em nenhum desses Informativos se fala na propalada reabertura da Repactuação, o que aliás não faz parte das cláusulas de um Acordo Coletivo. Num dos informativos a Petrobrás acena com um reajuste das contribuições dos participantes de cerca de 66,7 %. Tal reajuste seria para cobrir um déficit atuarial do Plano Petros que seria resultante das mudanças das premissas atuariais impostas pela Petrobrás/Petros, tais como a mudança da Tábua de Mortalidade. A Petrobrás se escuda no disposto pela Emenda Constitucional 20 que estabelece o rateio de déficits dos planos de previdência em partes iguais pela

mantenedora e participantes. Entretanto, juristas, juizes e advogados esclarecem que nenhuma lei retroage para prejudicar as pessoas. É o caso da EC 20, que sendo promulgada em 2000, não pode atingir aqueles que entraram no Plano Petros BD antes dessa data. Igualmente, todos os Regulamentos do Plano Petros, bem como o Estatuto em suas diversas versões rezam que: **As Alterações do Estatuto e deste Regulamento não poderão:** II- reduzir benefícios iniciados III- prejudicar direitos de qualquer natureza adquiridos pelos mantenedores-beneficiários e beneficiários Vide: **a)** Regulamento Básico de 1969, pág 46,ART 117, § § II e III: **b)** Estatuto de 1973, pág 30, art 53, § 2o;**c)** Estatuto de 1985, pág 23, art 53,§ 2o;d) Estatuto de 1994, pág 36, art 52, § 2o; Além disso a Petrobrás anuncia que vai reabrir a repactuação com prazo até 28/02/2007. Ora, em seu Informativo Recursos Humanos de 11/09/2006, Edição no 31, ela declara textualmente em 'Próximos Passos': **1-** A proposta feita pela Petrobrás para adequação do Plano Petros não será implementada. **2-** A Petrobrás enviará hoje carta à Petros comunicando que a repactuação maciça não foi atingi-

da e que a proposta deixa de ter validade.

3- Os termos de adesão à repactuação do regulamento do Plano Petros serão devolvidos a todos que aceitaram a proposta da companhia, acompanhados de carta da empresa esclarecendo que aquele documento perdeu a eficácia. Face ao exposto, verifica-se que a proposta de reabrir a Repactuação só pode ser efetivada a partir da contagem zero, de vez que os documentos da repactuação já foram considerados nulos. Isto permitirá que aqueles que se arrependeram de repactuar (e são muitos!) tenham a oportunidade de corrigir a sua posição. **Para terminar, um lembrete:** - Quem repactuar, estará fazendo um novo contrato com a Petros. Neste caso, estará sujeito aos ditames da legislação vigente, inclusive a EC 20, e portanto ficará passível de dividir com a Petrobrás qualquer déficit do Plano Petros. - Tal perigo não correm aqueles que não repactuarem pois seus contratos não serão alterados.



Veja Modelo de Requerimento para cancelar a Repactuação

A lideranças estão conclamando todos os participantes do Plano Petros, que assinaram o Termo de Adesão, a exigir urgentemente da direção da Petros a devolução do documento, pois este não poderá ser usado na "repactuação 2. A própria Petrobrás, no Informativo nº 31 declarou: "Os termos de adesão à repactuação do Plano Petros serão devolvidos a todos que aceitaram a proposta da companhia, acompanhados de carta da empresa esclarecendo que aquele documento perdeu sua eficácia". Que se cumpra o que foi dito e escrito. Veja (abaixo) o modelo de requerimento que o participante deverá fazer para ter seu "kit repactuação" devolvido e cancelar seu efeito.

À
Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS.
Assunto: Termo de Adesão (repactuação).

Prezados Senhores,

Sirvo-me da presente para comunicar minha decisão em relação do Termo Individual de Adesão firmado por mim, pelos motivos a seguir alinhados:

1)Minha decisão (adesão) baseou-se na informação contida no material de propaganda encaminhados por esta Fundação para minha residência, dando conta de que a Federação única dos Petroleiros – FUP e sindicatos da categoria petroleira supostamente apoiariam a proposta de adesão. **2)**Tal afirmação era corroborada por carta, da lavra da

Federação Única dos Petroleiros – FUP, indicando a aceitação e relacionando todos os sindicatos. **3)**Posteriormente, vim a saber que a totalidade dos sindicatos petroleiros não indicam a aceitação da proposta, em especial, o sindicato que representa a categoria na base territorial onde resido e ao qual sou filiado. **4)**E mais, a própria Petrobrás assegurou que o não atendimento da adesão maciça de participantes e assistidos implicaria na não-implementação do processo de adequação do modelo de previdência complementar (repactuação), comprometendo-se, inclusive, a devolver os Kits daqueles que houvessem repactuado. **5)**Desde já registro que a minha decisão foi tomada em um cenário anterior, cujo termo final foi o dia 31 de agosto de

2006, não tendo a minha manifestação de vontade qualquer valia no novo cenário, motivo pelo qual minha adesão anterior não deverá ser computada em uma eventual reabertura do processo de repactuação.

Assim, por ter tomado minha decisão com base em informações imprecisas e considerando que findo o prazo para aceitação da referida proposta de repactuação não foi atingida a adesão maciça dos participantes e assistidos, requeiro que não seja processada a minha adesão, bem como a devolução do Kit e do formulário por mim assinado, servindo a presente como retratação.

Atenciosamente,

Matrícula Petros - CB



EXPORTAR PETRÓLEO É INVIABILIZAR O BRASIL

O Governo Federal não dá publicidade e tampouco justificativa para a sociedade brasileira das reais necessidades do país se desfazer de um bem estratégico, não renovável, como o petróleo. Seu preço internacional está cada vez mais alto, pois sua abundância está cada vez menor. Ele não vai acabar, mas os especialistas, como o irlandês Colin Campbell, e os brasileiros Fernando Siqueira, Sérgio Ferolla, Paulo Metri e Raymundo de Oliveira, entre outros, afirmam que a era do petróleo barato está bem próximo do fim.

No entanto, a ANP, cumprindo determinação do Governo Federal, comanda os leilões e insiste em preparar outros mesmo com a derrota do Oitavo Leilão, em novembro de 2006. Graças à lucidez da Justiça brasileira, que interpretou como justos os protestos das entidades civis e lideranças de petroleiros, determinou a suspensão do absurdo leilão.

A ANP, através do diretor Nelson Narciso, diretor recém chegado da norte-americana Halliburton, queria debilitar a participação da Petrobrás, que objetivava recuperar as áreas mais pesquisadas. A ANP deu mais um tiro, que saiu pela culatra.

O presidente Lula não pode esquecer de que sua reeleição ficou assegurada quando ele desnudou para o povo brasileiro o caráter privatista do candidato tucano Geraldo Alckmin e as reais intenções dos caciques tucanos em privatizar a Petrobrás.

Muito bem, presidente Lula, o tiro parece ter sido certo. Mas a privatização, consubstanciada nos leilões e na exportação do nosso petróleo, não pode continuar. Permanecer nessa direção é inviabilizar o Brasil como nação livre e soberana política e economicamente.

Como o Brasil não é uma Arábia Saudita, qual é a vantagem em exportar petróleo, denominado erroneamente de "commodity", cujo preço do barril está na média de US\$ 60, e já esteve acima de US\$ 70, em 2006? Segundo especialistas poderá ultrapassar os US\$ 100 em 2010, US\$ 180 em 2015 e US\$ 300 em 2020. No caso, será um desastre econômico no futuro muito próximo, e irreversível. Ou seja, a nossa auto-suficiência

será confirmada como virtual e o país voltará a ser importador de petróleo, por um preço muito mais alto. E a falsa "lucratividade" auferida com a exportação será inócua.

Paradoxo do Lula: Sangrar Reservas ou Preservá-las

Vejamos alguns resultados preocupantes das exportações de matérias primas, das quais o petróleo brasileiro teve o segundo maior peso na nossa balança comercial, em 2006.

A balança comercial (janeiro/dezembro - 2006) computou uma arrecadação com as exportações de US\$ 137,471 bilhões, e com as importações US\$ 91,394 bilhões e saldo comercial de US\$ 46,077 bilhões. Em comparação com 2005, as exportações cresceram 17,1% e as importações, 25,2%, pela média diária, conforme relatório divulgado pelo Ministério da Indústria e Comércio (MIC).

Podemos constatar no relatório do MIC (2006) que, dos itens de produtos básicos exportados, o petróleo e derivados obteve o segundo maior desempenho. O primeiro, foram os produtos metalúrgicos, que totalizaram US\$ 14,7 bilhões, participação de 10,7% da balança. O petróleo vem em seguida com um acumulado de US\$ 13 bilhões, 9,5% de participação. Em 2005, o setor petróleo teve um acumulado de US\$ 9,078.

O MIC acrescentou ainda que em termos de acréscimo das exportações, os setores de petróleo e derivados e de açúcar e álcool foram os que mais contribuíram para a expansão das exportações em 2006. As exportações de petróleo e derivados cresceram 44,4%, em 2006 em relação a 2005, gerando acréscimo de US\$ 3,9 bilhões na balança comercial.

De acordo com os dados apresentados pelo MIC, houve um crescimento de 66,9% na exportação de petróleo bruto, na comparação entre 2006 (US\$ 6,894 bilhões) e 2005 (US\$ 4,164 bilhões).

Até novembro de 2006, de acordo com o MIC, os cinco principais destinos das nossas exportações, inclusive o precioso petróleo, foi em primeiro lugar, os Estados Unidos (US\$

24,7 bilhões), 2º) Argentina (US\$ 11,7 bilhões) e 3º) China (US\$ 8,4 bilhões).

MÊS	Ano						Variação do acumulado No ano - 2006 / 2005 (%) 1
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
JANEIRO	3.036.340	3.474.478	5.364.705	9.170.238	7.881.933	16.641.137	111,1
FEVEREIRO	4.647.188	3.441.857	10.949.678	7.738.711	5.811.406	4.762.024	58,3
MARÇO	395.166	7.566.674	8.398.752	9.889.680	3.593.186	7.339.434	66,3
ABRIL	4.709.343	8.374.975	4.495.921	2.683.397	7.229.519	8.276.116	51,0
MAIO	4.661.575	6.914.728	5.671.013	8.308.869	8.048.277	7.011.584	-0,3
JUNHO	4.442.080	2.488.362	6.108.337	9.545.182	590.415	7.776.878	0,3
JULHO	3.876.304	15.983.998	6.666.396	7.682.168	22.216.778	14.936.120	-4,0
AGOSTO	2.464.149	8.015.198	4.800.932	10.431.732	13.799.435	11.992.470	0,4
SETEMBRO	1.315.665	7.280.472	8.699.815	1.938.772	10.799.879	16.686.472	1,8
OUTUBRO	2.472.532	10.084.512	8.865.868	5.709.534	3.731.428	10.722.516	-2,9
NOVEMBRO	1.781.132	5.188.846	7.093.636	5.097.636	9.837.137		
DEZEMBRO	6.652.525	8.950.905	10.931.342	6.055.764	6.651.058		
TOTAL DO ANO	40.433.907	85.700.004	88.246.306	84.25.1682	100.190.450	106.144.752	

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Notas: (b) = Barril

1 Variação percentual do somatório dos valores desde o mês de janeiro até um determinado mês do ano de 2006, em relação ao somatório do mesmo período do ano de 2005.

Em 2005, a imprensa noticiou que a exportação de petróleo puxou resultado da balança, conforme análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). O recorde de novembro de 2005, mais precisamente na terceira semana, foi uma alta de 40,5% na média diária do período, em relação à mesma base de 2004. Os dados do IEDI, em 2005, mostraram que as vendas de petróleo e derivados cresceram 138% sobre as médias diárias do mesmo período de outubro.

Tal fato revela uma verdadeira sangria das reservas brasileiras de petróleo, em mais de 300 mil barris/dia, e torna-se um paradoxo a ser resolvido o mais cedo possível pelo presidente Lula e sua equipe de alto escalão (repito: alto escalão, não Haroldo Lima, Nelson Narciso et cetera).

O governo brasileiro e a Petrobrás se orientam pelos dados publicados por 3 órgãos submissos aos governos dos Estados Unidos: Agência Internacional de Energia, Agência de Informações Energéticas e a USGS-EUA (Associação dos Geólogos dos EUA). Esses órgãos procuram esconder do povo norte-americano a crise energética dos EUA com objetivo de evitar a quebra da indústria de petróleo e automobilística do país e esconder dos norte-americanos os reais motivos da invasão do Iraque.

A questão é mais séria do que parece

O diretor de Comunicações da AEPET, Fernando Siqueira, sempre tem ressaltado, nas palestras que têm proferido pelo Brasil que a reserva total brasileira está em cerca de 20 bilhões de barris. Ele ressalta que se o país não exportar petróleo e se não aumentarmos nosso consumo, nossas reservas terão a duração de 18 anos. Mas Siqueira sublinhou, em seu artigo "Petróleo: a questão é mais séria do que parece", que a previsão do pico de produção brasileira está prevista para 2011. Daí surgirem dois problemas sérios: 1) qualquer exportação de petróleo encurta a duração das reservas; 2) a partir de 2011 voltaremos a ser importadores de petróleo com preços cada vez mais elevados. "Não vemos como a nossa combalida economia poderá agüentar tamanho impacto. O pior: como a Petrobrás vai atingir também a auto-suficiência em 2007, a partir daí, toda a produção nacional será exportada. Se o governo brasileiro tivesse visão estratégica deveria limitar ao máximo a produção nacional, guardando o petróleo para a futura escassez e explosão de preços, investindo maciçamente em fontes de energia renováveis", destacou Siqueira.

Ouçá

AO PROGRAMA!



2ª a 6ª às 9 h
Rádio Bandeirantes - 1360 KHz AM

De segunda à
sexta-feira
de 09h às 11h

ASSISTA
AO PROGRAMA!



Transmitido em 60 canais
em todo o Brasil. Para
saber o dia,
horário e canal na sua
cidade acesse:
www.aepet.org.br

LEIA DIARIAMENTE O
AEPET DIRETO



Receba diariamente pelo
correio eletrônico o
informativo produzido pela
AEPET sobre as notícias
importantes sobre
petróleo, o Brasil
e o mundo.
Solicite seu cadastro:
www.aepet.org.br

LIVROS A VENDA



"Manuscritos matemáticos" de Karl Marx
Sylvio Massa de Campos
R\$ 10,00

Amazônia Azul
(Vários autores)
R\$ 30,00



O Poder Secreto
Armino Abreu
R\$ 66,00

Nem todo Petróleo é Nosso
Brig. Sérgio Xavier Ferolla e Paulo Metri
R\$ 30,00



O Falso Déficit da Previdência
SINDIPETRO
R\$ 8,00

Zaratini
José Luiz Del Roio
R\$ 25,00



"Repactuação 2" – o vexame

Mesmo tendo reconhecido sua derrota e declarado o fim da "repactuação", através do Informativo RH nº 31, de 11 de setembro de 2006, a direção da Petrobrás decidiu pela reabertura da "repactuação" do Plano Petros descumprindo sua palavra, escrita através do documento DFIN-30.050/2006, de 15/12/2006, assinado pelo diretor Financeiro e de Relações, com Investidores, Almir Barbassa, enviado ao presidente da Petros, Wagner Pinheiro.

O documento define, entre outras: "1) Reabertura do processo de repactuação dos participantes em relação aos ajustes no Regulamento do Plano Petros, a partir da re-ratificação do Acordo de Obrigações Recíprocas – AOR, assinado com a FUP e 12 sindicatos e Petros, com prazo para repactuação até o dia 28/02/2007; 2) Nova meta de adesão mínima à re-

pactuação em 2/3 dos participantes do Plano Petros; 3) Pagamento do valor monetário proposto anteriormente a todos os participantes que repactuarem imediatamente após ter sido verificada que a meta de 2/3 for atingida; 4) Aplicar, retroativamente a setembro de 2006, o IPCA (3,8%) como indexador dos benefícios do Plano Petros para os assistidos que repactuarem; após ter sido verificada que a meta de 2/3 for atingida, gerando um reajuste maior em um ponto percentual".

Contra tais novas investidas do triunvirato (direções da Petrobrás, Petros e FUP, os chamados "aloprados do PT"), as lideranças que compõem o CDPP (Comitê de Defesa dos Participantes da Petros) promoveram grande reunião no dia 20/12/2006, na sede nacional da AEPET, no Rio de Janeiro. As lideranças lá reunidas, que lota-

ram o auditório da AEPET, avaliaram que, no mínimo, a nova tentativa do triunvirato de ressuscitar a "repactuação", fragorosamente enterrada em 2006, é que se trata de mais um ato vexaminoso e desesperador para manter os seus cargos das referidas direções, que em muito comprometerá a imagem da Petrobrás.

Contra tal atitude, e em defesa da integridade do Sistema Petrobrás, as lideranças do CDPP definiram uma agenda de lutas, que contemplará ações em diversos âmbitos (mobilização da categoria, ações judiciais, palestras, boletins, entre outros), para impor derrota à essa "Repactuação 2", que já nasce sob o signo do "tapetão" e do vexame, tão insistentemente promovido pela direção da FUP junto à Petrobrás, logo após a derrota da "repactuação", em 2006.

As entidades e lideranças que compõem o CDPP, como por exemplo, os conselheiros eleitos da Petros (Fernando Siqueira, Yvan Barretto, Paulo T. Brandão e Guilherme Vasconcellos), Sindipetro-RJ, Sindipetro/São José dos Campos, Sindipetro/Sergipe-Alagoas, Sindipetro/Litoral Paulista, AEPET, AMBEP, FENASPE, APAPE, estarão organizando campanha para esclarecer os petroleiros e promovendo ações judiciais na defesa dos direitos adquiridos dos participantes e seus familiares, bem como na defesa do Plano Petros BD. O Sindipetro/Sergipe-Alagoas, por exemplo já ingressou na justiça para cobrar da direção da Petros a razão da Fundação não estar cobrando o acerto da dívida de cerca de R\$ 10 bilhões que a Petrobrás tem para com o plano.

(JCM)

QUANDO O RABO BALANÇA O CACHORRO = ACT

Fernando Siqueira

Em recente curso promovido pela Petros sobre governança corporativa o professor mostrou vários exemplos de fraude. Dentre eles, as fraudes atuariais, que são as mais difíceis de serem descobertas.

Os principais tipos são: a) manipulação da tábua de mortalidade; b) manipulação do banco de dados; c) manipulação dos rendimentos dos ativos financeiros.

Qualquer semelhança com o déficit manipulado da Petros, hoje em torno de R\$ 3,7 bilhões seria mera coincidência? Lembramos que, para calcular o déficit se mudou a tábua de mortalidade para a AT-2000, sem qualquer fundamento científico; deixou-se de levar em conta os juros reais dos rendimentos dos títulos do governo em poder da Petros que, se considerados, gerariam superávit e não déficit como mostrou o atuário, Rio Nogueira dono da STEA, no Conselho Deliberativo da Petros. Também, o banco de dados, para cálculo do impacto da entrada dos novos na Petros, in-

cluiu 980 pessoas que não eram da Petros e, portanto, não vão receber benefícios dela.

O lamentável desta história é que a Petrobrás manda comunicados para as nossas casas, baseados nessas informações falaciosas, sem fazer análise crítica sobre a veracidade desses dados. O resultado lamentável disto, como não poderia deixar de ser, é a perda de credibilidade das pessoas na empresa cujo sucesso foi o fruto daquela confiança que existia no passado entre ela e seus empregados. Hoje, o que vemos é a empresa desrespeitar as leis quando:

I) impede a entrada de 16.000 novos empregados no plano Petros, único existente desde agosto/2002, quando esses jovens talentosos e competentes, acreditando no edital do concurso, ingressaram na empresa e, perversamente, estão sendo enganados. Cinco deles já morreram e suas viúvas estão desamparadas; II) burla a lei e o regulamento do plano Petros usando o artifícios para aumento dife-

renciado entre os beneficiários dos aposentados e os salários dos empregados da ativa; III) praticando estas transgressões, destrói a política de Recursos Humanos porque quebra a relação de confiança dos empregados na empresa.

Todos esses desmandos, quem diria, têm vindo de um governo dito dos trabalhadores. É verdade que na origem disto tudo está um bando de 'aloprados' que caiu de pára-quedas na Petros com a missão de levar avante esse plano maquiavélico. O incrível é que o 'núcleo duro' que inventou esse bando já caiu, mas para tentarem se manter nos cargos, teimam em levar avante esse absurdo que, além do mais, promove o desmonte da política de RH da Petrobrás.

Por incrível que pareça a Petrobrás aceita esse jogo sujo e lança no lixo a confiança dos seus trabalhadores aposentados e pensionistas, principalmente dos 16.000 novos que estão sendo enga-



nados ilegalmente. Uma empresa de tamanha responsabilidade não pode se deixar levar por esse tipo de desmando. É o caso típico do cachorro se deixando balançar (mal) pelo rabo. Ou será que, por trás do rabo, está o sistema financeiro que aposta na divisão dos petroleiros para enfraquecer a reação contra a entrega da Petrobrás?

NÓS APOSENTADOS NÃO PODEMOS CAIR NESSA ARMADILHA. OS ATIVOS MERECEM ATÉ MAIS AUMENTO DO QUE O QUE LHES FOI OFERECIDO. E OS APOSENTADOS TAMBÉM (ATÉ PORQUE TEM PERDAS DE CERCA DE 80%). DEVEM BUSCÁ-LAS NA JUSTIÇA.